

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



SILVA, L. A. Rebelo da (Lisboa, 1822 - Lisboa, 1871)

Autor de uma extensa obra que se desdobra, para além dos estudos históricos, pelos domínios do romance, do texto dramático, da teoria e da crítica literária. Descendente de uma família de juristas liberais, com créditos firmados na cultura e na política portuguesas, era filho do desembargador Luís António Rebelo da Silva e de Ana Joaquina da Conceição Lima. Pouco se sabe dos seus estudos juvenis, mas é provável que tenham decorrido sob a orientação do seu tio Manuel Rebelo da Silva. No final da década de trinta do século XIX, quando contava apenas dezassete anos, participou activamente na Sociedade Escolástico-Filomática, uma espécie de tertúlia formal, criada por impulso de estudantes das escolas superiores de Lisboa. Tendo como objectivos estatutários a emulação pelo estudo e a difusão de conhecimentos sobre ciências, história, filosofia e literatura, para a concretização destes previa-se a organização palestras, a constituição de uma biblioteca, um museu e um jornal. O órgão oficial da Sociedade Escolástica-Filomática intitulou-se *O Cosmorama Literário*, periódico no qual Rebelo da Silva se estreou como autor de romances históricos, publicando aí, de forma incompleta, a narrativa *Tomada de Ceuta*. Nos serões promovidos por esta agremiação teve ocasião de privar com Almeida Garrett, Andrade Corvo, Vieira de Castro, Tomás de Carvalho, António da Cunha Sotomaior e António Pedro Lopes de Mendonça. Nas palestras que proferiu, revelou, “embora balbuciente ainda” (Bulhão Pato, *Sob os Ciprestes*, 1986, p. 168), o seu grande talento oratório, que viria a ser uma das marcas distintivas da sua participação cívica, intervenção política e prática académica. Tendo o seu pai e o seu avô formação universitária, não seria de estranhar que Luís Augusto Rebelo da Silva estivesse destinado a continuar estudos em Coimbra. No cumprimento de tal premissa em 1840 matriculou-se na Faculdade de Filosofia, que veio a abandonar, sem ter tido aproveitamento em qualquer cadeira. Bulhão Pato afirmou que o rigor académico e as disciplinas exactas não prendiam a atenção do historiador e “chegado a Coimbra não passou do pátio, ou antes de lá saiu, [...] perseguido pelos dentes afilados de três implacáveis raposas.” (*Sob os Ciprestes*, 1986, p. 168)

Regressado a Lisboa, entre 1842 e 1843 escreveu semanalmente para a *Revista Universal Lisbonense*, dirigida por António Feliciano Castilho, na qual publicou o seu romance *Rauzo por Homízio*, obra que o tornou notado no seio da sociedade lisboeta. No mesmo período travou amizade com Alexandre Herculano, frequentando a Biblioteca da Ajuda e colaborando na revista *O Panorama*. O consagrado historiador que metodologicamente sublimava a abordagem documental crítica, avessa a tradições míticas, contribuiu largamente para o desenvolvimento do pensamento e prática historiográfica de Rebelo da Silva.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Representando ainda um valioso recurso de legitimação, que o jovem discípulo soube instrumentalizar ao serviço da sua afirmação no campo científico e institucional. Por lealdade, mas sobretudo por convicção, envolveu-se na polémica sobre a omissão do «milagre de Ourique» na *História de Portugal*. Saindo à liça em defesa do seu amigo e mestre, publicou as *Cartas ao Sr. Ministro da Justiça, sobre o uso que faz do púlpito e da imprensa uma fracção do clero português* (1850), onde criticou a manipulação das massas feita por alguns sectores da Igreja, censurando obras que, alegadamente, ofenderiam a religião.

A partir da década de cinquenta Rebelo da Silva delineou as primeiras obras de carácter historiográfico. Privilegiou, nesta fase, trabalhos no âmbito da história literária e biográfica, nos quais se revelava particularmente atento à acção que o contexto exercia sobre os indivíduos. (Jorge Borges de Macedo, *A «História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII» e o seu Autor*, 1971, p.84.) A sua abordagem seguia os postulados do método crítico de Sainte-Beuve que se baseava no princípio de que a obra de um escritor era sempre o reflexo da sua vida e podia ser explicada através dela. Método criticado, entre outros, por Marcel Proust (*Contre Sainte-Beuve*, Paris, 1965). Em 1850, provavelmente por interferência de Alexandre Herculano, foi incumbido pela Academia Real das Ciências de Lisboa de prosseguir a publicação do *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal*, que havia sido iniciado pelo, então falecido, Visconde de Santarém. Já este autor se havia destacado anteriormente pelo esforço de objectividade, tendo precedido Herculano na publicação sistemática de fontes. O jovem historiador Rebelo da Silva veio a receber um louvor de D. Pedro V pelo sucesso no cumprimento deste encargo.

O esforço que investiu na elaboração do *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal*, foi aproveitado para a preparação da *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, aquela que viria a ser a sua obra de maior fôlego e provavelmente de maior relevância. Os últimos 13 anos da vida de Rebelo da Silva destinaram-se à realização deste projecto que foi subsidiado por portaria de 15 de Outubro de 1858. Aí se estipulava que a obra devia ser precedida de uma introdução na qual se referissem os acontecimentos que “prepararam a intrusão dos soberanos espanhóis, e as causas, que deram em resultado a restauração da independência de Portugal”. Tal determinação que revela a intencionalidade subjacente de facultar aos portugueses dados sobre os “perigos” de uma nova união ibérica, não pode deixar de ser considerada como uma tomada de posição face aos autores que advogavam a fusão de Portugal e Espanha, na senda das teses de Sinibaldo de Mas. No primeiro volume *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, logo a abrir, vinha uma “advertência” na qual o autor explanava as intenções e programa de trabalho que presidiram à realização da obra. Nela assumia a pretensão de narrar sobretudo “os sucessos e as suas causas; contemplar à luz da verdade os homens e os acontecimentos; contemplar a interpretação dos factos com a pintura das instituições, dos costumes e da cultura intelectual; [...] não prezando unicamente notícias de cercos e batalhas” mas indagando o “sentido e as razões dos factos”. Nesta obra tirou partido dos seus recursos literários, construindo uma narrativa fluída e cativante. Apesar de não perder de vista o cumprimento dos preceitos que advogava para a construção do conhecimento histórico, nem sempre terá recorrido às fontes arquivísticas, mácula de que se redimia pela frequente citação de estudos nacionais e estrangeiros, consideravelmente actualizados, esforço patente pela inclusão



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

de um número assinalável de notas. Assim, o grande valor desta obra deriva concomitantemente do estilo acessível e cativante, do rigor metodológico e da amplitude do trabalho desenvolvido. Estudando primeiro a política e, em seguida, as instituições, desdobrou a obra em cinco volumes, obedecendo os primeiros a uma abordagem eminentemente cronológica, organizada por reinados, na qual discorre, de forma sistemática, desde a infância de D. Sebastião até à Restauração e primeiras medidas da governação de D. João IV. Nos dois derradeiros volumes integra abordagens de grandes temas, procedendo a uma análise eminentemente económica e social. Segundo Borges de Macedo esta organização contribuiu para que a obra representasse, no contexto da historiografia portuguesa, a primeira história política que “comporta organicamente uma história económica definida como tal” (Jorge Borges de Macedo, *A «História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII» e o seu Autor*, 1971, p.100). Preocupações semelhantes o teriam acompanhar *Memória sobre a População e a Agricultura de Portugal*, em que também integrou elementos relevantes de história económica e social.

Em grande parte do período que trabalhou na produção *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII* foi simultaneamente professor do Curso Superior de Letras, sendo presumível que o que leccionava se aproximasse das intenções e temáticas que privilegiava no trabalho de investigação. Como professor da cadeira de História Pátria e Universal, enquanto integrou o corpo docente (1859-1871) foi a principal referência do Curso Superior de Letras, onde desempenhou, para além das funções de professor, os cargos de Director e Secretário. Adolfo Coelho considerou que, dos primeiros professores, Rebelo da Silva era o que mais se integrava nas tendências científicas e pedagógicas do seu tempo (*Le Cours Supérieur de Lettres*, 1900, pp. 33-34). As suas aulas seriam proferidas de improviso, com uma eloquência vigorosa, recheada de imagens, perante público numeroso, entre o qual figurava assiduamente o próprio monarca. Os três programas conhecidos para a cadeira de História Pátria e Universal elaborados por Rebelo da Silva (1860-1861, 1865-1866 e 1870-1871), foram sendo sucessivamente alargados. Estruturalmente nacionalistas, apresentavam-se como exercícios de história da civilização, privilegiando numas ocasiões uma perspectiva geral da evolução histórica da Europa Ocidental, procurando noutras integrar a história de Portugal no todo europeu. (Sérgio Campos Matos, *Historiografia e memória nacional*, 1998, p. 178).

A produção historiográfica de Rebelo da Silva foi marcada sobretudo pela abordagem a temáticas de grande amplitude, nas quais definiu e caracterizou extensos quadros históricos. Porém, não deixou de fazer incidir os seus trabalhos historiográficos também no domínio da biografia. Neste sentido, fez editar a obra *Varões ilustres das três épocas constitucionais* (1870), na qual coligiu em volume, com algumas alterações, um conjunto de estudos que publicara na imprensa. Nas biografias procurou definir os contornos da pressão social sobre a acção do homem público. Porém, não se furtou completamente ao tom laudatório e à exaltação do papel dos heróis no curso da história. O colorido cuidado com que retratou as personagens, marcado pelo recurso a uma polida ornamentação e a uma adjetivação generosa, beneficiou do seu talento literário. Num equilíbrio sempre instável, mas permanentemente tentado, resvalou, por vezes, em tentações panegíricas. Não obstante, os excessos resultantes da admiração que sentia por alguns dos biografados parecem não ter comprometido a seriedade metodológica e o rigor histórico.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Também no domínio do romance histórico seguiu de perto os processos narrativos de Herculano. Porém, neste campo, a extensa produção de Rebelo da Silva apresenta como carácter inovador o facto de não se circunscrever ao período medieval, reivindicando o direito de épocas mais recentes serem passíveis de servir de cenário temporal à narrativa. É o caso de *A última corrida de Touros de Salvaterra* (1848), uma das mais relevantes produções literárias do romantismo português, cuja trama decorre no século XVIII. Mas neste campo as suas influências não se circunscreveram ao autor do *Eurico, o Presbítero* (1848). Com efeito, no tratamento das personagens podem perscrutar-se ecos das obras de Garrett ou de Walter-Scott. No prólogo da primeira edição do romance *A Mocidade de D. João V* afirmou: «O que o famoso romancista escocês conseguiu com os seus heróis, procurou o autor imitar de longe a respeito das figuras deste ensaio».

Foram numerosos os cargos públicos que ocupou. Muito jovem, com apenas 22 anos, beneficiando da proximidade com os nomes maiores do romantismo português (Garrett, Herculano e Castilho), integrou a Comissão Ortográfica constituída para organizar a publicação de um dicionário, a publicar pela Imprensa Nacional, com o intuito de colocar alguma ordem na irregular ortografia portuguesa da época. Pouco tempo depois, em 1845, Rebelo da Silva, foi nomeado para a Secretaria do Conselho de Estado. Defensor activo da monarquia constitucional, foi eleito deputado pela primeira vez em 1847, nas listas do Partido Cartista. Veio a ser reeleito, mas agora pelo Partido Histórico, para o mandato que decorreu entre 1848 e 1851, e novamente para as câmaras que resultaram dos actos eleitorais de 1852, 1857, 1858 e 1860. Entre as suas mais marcantes intervenções contou-se o debate que precedeu a aprovação do Acto Adicional à Carta Constitucional, no qual se bateu em duelo oratório com Almeida Garrett (à época Ministro dos Negócios Estrangeiros), sustentando Rebelo da Silva a posição vencida, que assentava no pressuposto de que a Câmara não tinha poderes para reformar as disposições da Carta Constitucional. Ingressou na Câmara dos Pares por nomeação régia, no ano de 1862, onde se manteve até 1871. Assumiu ainda cargo de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar, num elenco governativo dirigido pelo Duque de Loulé.

Participando de forma muito activa na imprensa periódica, foi redactor ou colaborador de títulos tão diversos como *O Cosmorama Literário* (1839), *Revista Universal Lisbonense* (1842-1843), *O Panorama*, *O Diário do Governo* (1845-1846), *A Carta* (1848), *Época* (1848), *A Imprensa* (1851), *A Imprensa e Lei*, *A Pátria* (1856), *A discussão* (1860), entre outros. Sendo um comentador atento das grandes questões do seu tempo, os seus textos revelam preocupações doutrinárias e pedagógicas. Se como afirmou Bulhão Pato em Rebelo da Silva “o sol do engenho rompeu muito cedo e muito brilhante” (*Sob os Ciprestes*, 1986, p. 168), como uma chama, de súbito se extinguiu, ao atingir o seu máximo fulgor. Prematuramente arrebatado pela morte, faleceu com apenas 49 anos.

Bibliografia activa: SANTARÉM, Visconde de, SILVA, Luís Augusto Rebelo da, Ferrão, António Ferrão e MONIZ, Jaime Constantino de Freitas, *Corpo diplomático português contendo os actos e relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o século XVI até aos*

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

nossos dias, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1862-1891; SILVA, Luís Augusto Rebelo da, *A mocidade de D. João V. Romance*, Lisboa, Tipografia da Revista Universal, 1851-1853; *Cartas ao Senhor Ministro da Justiça sobre o uso que faz do púlpito e da imprensa*, Lisboa, Tipografia de Manuel José Mendes Leite, 1850; «Coroação dos Reis de Portugal», *O Panorama*, vol. IV, 3ª Série, 22 de Setembro de 1855; «Estadistas Portugueses. Diogo de Mendonça Corte Real (1658-1736)», *O Panorama*, vol. IV, 3ª Série, 20 de Outubro de 1855, pp. 331, 333; *Elogio histórico de sua majestade El Rei D. Pedro V protector da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1863; *Fastos da Igreja. História da vida dos santos ornamentos do Cristianismo*, Lisboa, Casa de A. S. Campos, 1854; *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860; *Memória sobre la vida política y literária de D. Francisco Martinez de la Rosa*, Madrid, Carlos Bailly-Bailliere, 1864; *Memória sobre a população e a agricultura de Portugal desde a fundação da monarquia até 1865*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868; *The Last Royal Bull-Fight at Salvaterra. From the Portuguese of L. A. Rebelo da Silva*, trad. de Edgar Prestage, Londres, Archibald Constable, 1909.

Bibliografia passiva: CIDADE, Hernâni e TORRES, Ruy D'Abreu, «Rebelo da Silva», *Cultura Portuguesa*, vol. 14, [S.L.], Empresa Nacional de Publicidade, 1975; COELHO, Adolfo, *Le Cours Supérieur de Lettres*, Paris, Aillaud, 1900; FREITAS, Pedro Manuel Luís de, *O Pensamento Económico de Rebelo da Silva*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, [policopiado], 1993; LOPES, Jorge Manuel Neves Gomes, *As Narrativas Históricas de Rebelo da Silva*, Dissertação de Mestrado em Estudos Anglo-Portugueses apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, [policopiado], 1992; MACEDO, Jorge Borges de, *A «História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII» e o seu Autor*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1971; MATOS, Sérgio Campos, *Historiografia e memória nacional. 1846-1898*, Lisboa, 1998; PAIXÃO, Braga, *O Historiador Rebelo da Silva. Ministro da Marinha e do Ultramar*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1970; PATO, Bulhão, *Sob os Ciprestes. Vida íntima de homens ilustres*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1986; TORRAL, Luís Reis, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1981.

João Couvaneiro



APOIOS:

